

2 Novo CCT das limpezas: melhores salários, mais formação

3 Formação hotelaria-restauração: jogo para treino de alemão

4 Segundo pilar: não perca os seus haveres de livre passagem!

Nr. 7 | dezembro 2018 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Direito de estrangeiros: finanças é o critério mais importante Endurecimento na concessão de autorizações a estrangeiros



Há cada vez mais muros, reais e simbólicos, contra migrantes: o endurecimento da lei é um deles

A partir de 1 de Janeiro de 2019 entra em vigor a «Lei Federal relativa aos Estrangeiros e à sua Integração» (Lei de Estrangeiros e Integração, AIG-LEI). Além de melhorias pontuais, ela contém uma série de agravamentos: uma autorização de residência (permis C) será atribuída só a quem estiver bem integrado. Na realidade, como documenta o Observatório Suíço para o Direito de Asilo e de Estrangeiros (SBAA), já há algum tempo que as coisas se vêm agravando para os migrantes, sobretudo se têm a pouca sorte de cair numa situação económica difícil.

«Maria» recebeu uma autorização de residência B em 2004 por se ter casado com um cidadão suíço. Após o divórcio, o ex-marido recusou-se a pagar a pensão de alimentos para o filho comum, razão pela qual «Maria» se viu obrigada a pedir um adiamento de pensões alimentares aos serviços sociais competentes. Em 2012, o serviço de migração advertiu «Maria», ameaçando-a com a revogação do seu permis B, por receber ajuda social. As suas justificações foram ignoradas. A advertência só foi revogada e a permissão B prolongada, depois de uma nova carta do seu advogado, frisando que a dependência da assistência social tinha sido involuntária e que actualmente «Maria» tinha um emprego a tempo inteiro (Caso n.º 251 do SBAA).

Perda da autorização em caso de ajuda social

Segundo a Lei relativa aos Estrangeiros, as autorizações de residência podem ser anuladas se uma pessoa depende da assistência social. No entanto, as pessoas que recebem ajuda social por causas alheias à sua vontade não devem ser lesadas. Contudo, «Maria» não é um caso isolado, como aponta o SBAA no seu relatório «Vida familiar – (nenhum) direito humano (2017)».

Nos últimos anos, intensificou-se a prática restritiva das autoridades em relação à prorrogação e concessão de autorizações de residência a estrangeiros. O SBAA também documentou casos de anulação da autorização de estadia quando existe dependência da assistência social por razões involuntárias.

Critério financeiro até para reagrupamento familiar

As condições económicas também têm um peso cada vez maior em questões de reagrupamento familiar: como o SBAA constatou, os cantões presumem com frequência uma futura dependência da assistência social em casos de pedidos de reagrupamento familiar e consideram isso mais importante que o direito à vida em família.

Promoção da integração, segundo o governo federal

A nova AIG-LEI tem por objectivo, segundo o governo federal, reforçar a integração dos estrangeiros, nomeadamente por facilitar uma actividade laboral assalariada. De facto, a integração no mercado de trabalho de exilados e de pessoas acolhidas provisoriamente será melhorada através da substituição do moroso processo de autorização por uma simples

declaração às autoridades de trabalho remunerado. O empregador tem de comunicar o início da actividade e respeitar os salários e as condições de trabalho habituais no local de trabalho, na actividade a realizar e no ramo em causa.

Permanência associada a integração

Por outro lado, a AIG-LEI vincula o estatuto de residente à integração. Para a avaliação da integração são tidas em conta as competências linguísticas e a «participação na vida económica». Quanto mais direitos estiverem associados ao estatuto de estrangeiro, maiores serão as exigências relativamente às competências linguísticas. «Participação na economia» (trabalhar) é um requisito em relação ao qual só há excepções em caso de uma incapacidade para a realização normal da vida quotidiana, ou no caso de obrigação de prestar assistência a outras pessoas (por exemplo, a filhos menores). A lei não menciona como possível excepção a «dependência involuntária da assistência social». Os exemplos do SBAA mostram o quão problemático isto pode ser: as autoridades agora já têm uma prática restritiva, mesmo em casos de dependência involuntária da

assistência social. Com a nova lei, isto deverá ser ainda fácil.

O permis C pode ser revogado

Um titular de autorização de residência permanente C pode perdê-la. Isto já é possível actualmente, por exemplo, em caso de violações à segurança e ordem pública ou no caso de dependência permanente da ajuda social. Com a nova lei, as autoridades podem revogar a autorização de residência C ou substituí-la pela B também em caso de integração insuficiente. As autoridades de migração também podem ligar uma autorização de residência a um acordo de integração.

Incerteza entre os afectados

Com a mudança na lei, a situação dos migrantes passará a depender das maiores exigências de integração e da sua capacidade de provar que as cumprem. Juntamente com uma prática mais rigorosa das autoridades na concessão de autorizações, a incerteza sobre a residência pode aumentar nos próximos anos. Sobretudo quando os migrantes enfrentam dificuldades financeiras.

Noémi Weber (SBAA) e Marília Mendes

Editorial



Estimada leitora, estimado leitor

Escrevo estas palavras a 25 de Novembro 2018 com sentimentos mistos. Há claros motivos para júbilo: os eleitores suíços disseram hoje, com 66% de votos contra, claramente não à iniciativa da UDC-SVP pela «auto-determinação». Manifestaram-se, dessa forma, por uma Suíça aberta e por um sistema legal funcional. Porque a iniciativa era um ataque vil aos direitos fundamentais e humanos, sem os quais uma democracia não pode funcionar. E era também um ataque aos nossos direitos laborais. A sua rejeição deu mais força aos sindicatos na luta pelos direitos dos trabalhadores.

Mas hoje o povo suíço também nos atirou com um balde de água fria ao dizer «sim» à lei relativa aos detectives sociais, que permite a espionagem de pessoas que recebem seguros sociais. Segundo comentários sobre a votação, muitos eleitores terão dito «sim» a esta lei por considerarem que quem beneficia dos seguros sociais são sempre migrantes. Ou seja, ao aceitarem esta lei, os eleitores quiseram, no fundo, dar um sinal contra os migrantes. Para isso, até ignoraram que este ataque à esfera privada pode atingir qualquer um. Esta decisão enquadra-se no actual clima de desconfiança em relação a migrantes e alinha-se nos muitos agravamentos da lei e da prática na área da migração, como aqueles que o artigo desta página refere. Vozes nacionalistas conseguiram introduzir nas cabeças das pessoas a ideia de que os migrantes vêm para a Suíça só para se aproveitarem do país. E fazem esquecer tudo aquilo que damos à Suíça com o nosso trabalho, as nossas culturas, as nossas quotas sociais. A democracia suíça ficou hoje a ganhar, mas não deixou de perder também.

Marília Mendes

Notícias breves

As pessoas antes dos lucros: a AD do Unia exige que Novartis desista de despedimentos

Os delegados à Assembleia de Delegados (AD) do Unia exigiram que Novartis mude a sua política de pessoal e que assuma finalmente a sua responsabilidade social perante os seus próprios funcionários. No ano passado a empresa multinacional teve um lucro cerca de 7,7 mil milhões de francos superior ao do ano anterior. E chegou mesmo a distribuir 11,7 mil milhões de francos aos accionistas. Que a empresa, apesar de uma tal situação financeira, despeça mais de 2000 trabalhadores é um absurdo e uma bofetada para quem põe a sua mão-de-obra ao serviço da empresa.

A AD do Unia também aprovou os objectivos do sindicato para o ano de 2019. Importantes temas serão a greve das mulheres no dia 14 de Junho de 2019, a defesa da livre circulação de pessoas e das medidas de acompanhamento, bem como a luta contra os ataques feitos pela direita à lei do trabalho.



McDonald's: Não tocar em Uber Eats!

O Unia e outros sindicatos realizaram em Berna e em Genebra acções de protesto em frente de filiais de McDonald's. Eles exigem que a empresa desista de trabalhar com o fornecedor de comida Uber Eats, que se serve de mão-de-obra em condições absolutas de dumping.

Unia exige que Uber Eats também seja obrigado a empregar devidamente os seus correios e a cumprir com as disposições definidas para o sector. O Unia exigiu ainda que o Conselho Federal tome medidas contra a violação organizada da lei feita por Uber. O Unia sugere a criação de uma «task force» constituída pelo Conselho Federal, os parceiros sociais e a segurança social para o desenvolvimento de medidas eficazes de protecção dos empregados de empresas que operam plataformas digitais.

Conferência do ramo de pinturas e estuques: as medidas de acompanhamento não são negociáveis

O tema das medidas de acompanhamento esteve no centro da Conferência do ramo de pinturas e estuques. Porque estas e os contratos colectivos de trabalho (CCT) são essenciais para a sobrevivência de pequenas e médias empresas do ramo e, em consequência, são fundamentais para os trabalhadores. Por isso, as medidas de acompanhamento, como o Unia já exigiu em várias vezes, não estão à disposição para serem negociadas.

Os sócios apareceram em grande número na conferência, realizada na Volkshaus em Zurique. Porque os temas na ordem do dia têm um significado existencial para o ramo: as medidas de acompanhamento, a livre circulação de pessoas e os CCT. O CCT do ramo de pinturas e estuques abrange actualmente cerca de 15000 assalariados.

Novo CCT para as limpezas desde 1 de Dezembro de 2018 Melhores salários e valorização da formação

O novo contrato colectivo de trabalho (CCT) para o sector das limpezas da Suíça alemã está em vigor desde 1 de Dezembro de 2018. O CCT é, segundo a declaração de força obrigatória geral da SECO (Secretaria de Estado da Economia), de cumprimento obrigatório para cerca de 900 empresas de limpezas. Outras 1400 empresas podem submeter-se voluntariamente ao CCT.

O contrato colectivo de trabalho (CCT) foi negociado pela comissão paritária, onde estão representadas as empresas de limpezas através da associação patronal Allpura, bem como os trabalhadores do sector através dos três sindicatos Unia, VPOD-SSP e Syna. O CCT foi negociado em primeiro lugar por uma pequena delegação nomeada para o efeito e foi depois sujeito à aprovação das conferências profissionais dos sindicatos e das conferências regionais das secções de Allpura. Conta com um amplo apoio e foi largamente aprovado. Não houve qualquer recurso após a publicação do CCT pela SECO.

Necessidade de trabalhadores bem qualificados

O CCT introduz importantes melhorias no sector de limpezas. Este necessita urgentemente de trabalhadores bem qualificados. Por isso, o CCT, além de estabelecer um salário mínimo de 4500 francos para trabalhadores com formação EFZ-CFC-AFC (atestado federal de qualificação) concluída e de introduzir suplementos para trabalho

nocturno e ao domingo, dá mais valor à formação.

Nova possibilidade de formação

O salário mínimo para os empregados sem formação básica formal aumentou agora em cerca de 5%, desde que continuem uma formação básica de 80 aulas prevista pelo CCT e a terminem com êxito. Para isso, devem ter, pelo menos, conhecimentos básicos de alemão correspondentes ao nível A2.2. Os sindicatos Unia, Syna, VPOD-SSP e a associação patronal Allpura estão convencidos de que o novo curso dará a pessoas com um reduzido nível de instrução a possibilidade de adquirirem novas qualificações. A formação poderá também vir a ser alargada a outros sectores.

Os interessados encontram informações detalhadas sobre este curso, bem como sobre as novidades do novo CCT nos secretariados do Unia e em: <https://reineprofis.ch/>.

Osman Osmani



CCT de limpezas: melhores salários, mais formação

Sector da construção As negociações terminaram com um acordo

No passado dia 3 de Dezembro os parceiros sociais da construção conseguiram, depois de intensas negociações, chegar a um acordo sobre o novo Contrato Nacional de Trabalho (CNT) da construção civil, a reforma antecipada aos 60 anos e os aumentos salariais. Agora os órgãos competentes dos parceiros sociais têm a última palavra a dizer sobre o resultado alcançado.

Ao longo dos últimos meses os trabalhadores da construção mobilizaram-se para conseguir negociar com os empregadores um bom CNT, que garante a reforma antecipada e aumentos salariais. A determinação e a união dos trabalhadores valeram a pena. No dia 3 de Dezembro, depois de várias e intensas rondas de negociações, as delegações dos sin-

dicatos Unia e Syna e da Sociedade Suíça de Empresários da Construção (SBV-SSE) anunciaram que chegaram a um acordo.

CNT, reforma e aumento de salários

O acordo compreende as medidas negociadas ao logo do Outono para sanear a fundação FAR (a fundação

que gere o fundo para a reformada antecipada) e garantir, assim, a reforma aos 60 anos. O CNT negociado prevê melhorias para ambas as partes e terá uma vigência de 4 anos. Além disso, conseguiu-se um aumento dos salários. Por ex., os salários mínimos subirão 80 francos em 2019 e em 2020.

Sindicatos votam a 15 de Dezembro

O resultado obtido tem ainda de ser submetido a votação nos diferentes órgãos competentes, estes têm a última palavra. No caso dos sindicatos Unia e Syna, os trabalhadores da construção pronunciaram-se sobre o novo CNT no dia 15 de Dezembro, nas suas respectivas conferências profissionais. Mas também os filiados da Sociedade Suíça de Empregadores têm de aceitar o acordo. Se todas as partes ratificarem o acordo, o novo CNT entra em vigor no próximo dia 1 de Janeiro de 2019. Mais uma vez é claro que vale a pena lutar unidos pelos seus direitos!

Montaña Martín



A luta dos trabalhadores da construção valeu a pena!

Proposta contra o desemprego na Europa Mais emprego em vez de lucros ainda maiores

Qual é o maior problema da Europa? Os refugiados? A ascensão dos partidos de extrema-direita? As mudanças climáticas? Desabamento de pontes rodoviárias? Nada disso. Os economistas Beat Baumann e Christoph Bucheli, do Unia, dizem claramente: é o desemprego.

Na União Europeia, cerca de 14 milhões de pessoas andam à procura de trabalho, sem sucesso. Perdem a auto-estima, dependem do Estado e muitas vezes caem numa depressão. Mas a política não se interessa por este facto.

Investir em postos de trabalho

Para acabar com isto, Baumann e Bucheli defendem que as empresas multinacionais devem voltar a investir nos trabalhadores e criar mais empregos, em vez de desviarem os lucros para os bolsos de gestores e accionistas. O pleno emprego já foi um tema importante do movimento operário. Até aos anos 70, era o objectivo claro de toda a política económica.

Mais do que uma promessa vã

Mas depois o termo desapareceu silenciosamente do vocabulário político. Baumann e Bucheli calcularam que teriam

de ser criados 12 milhões de novos empregos na UE. Só assim o desemprego se situaria abaixo do limite de 2% e poderíamos realmente falar de pleno emprego. Baumann e Bucheli querem introduzir a sua ideia nas federações sindicais internacionais.

A Suíça também beneficiaria

A meta de emprego pleno também beneficiaria os trabalhadores da Suíça, Estado não-membro da UE. Aqui, em cada dez empregos provém de um grupo de empresas multinacional, com sede no estrangeiro. Se a Suíça aderisse à meta de emprego pleno, isto deveria impedir a saída de postos de trabalho. Baumann também vê efeitos positivos para a migração dentro da Europa: «Se há pleno emprego, significa que as pessoas encontram trabalho no seu país e não têm de emigrar».

Work, 31.08.2018 (adaptado)



Christoph Bucheli e Beat Baumann defendem medidas para pleno emprego

PROGRESSO – formação da Hotelaria e Restauração Superar a barreira linguística com o Progresso-Game

A preocupação com a falta de conhecimentos de alemão é, muitas vezes, um obstáculo para os trabalhadores do sector da Hotelaria e Restauração que desejam fazer a formação de base Progresso. O novo Progresso-Game ajuda nesta situação e mostra aos interessados que estão linguisticamente aptos para o curso Progresso.

O Progresso-Game, que pode ser jogado gratuitamente em www.game.mein-progresso.ch, possibilita um contacto lúdico com termos técnicos do sector da Hotelaria e Restauração. Os utilizadores podem jogar, nas áreas de cozinha, serviço de mesa e economia doméstica, em três níveis com diferentes graus de dificuldade. Ao fazerem a correspondência entre termos e actividades, aprendem termos técnicos importantes de forma lúdica. O programa funciona em todos os navegadores, não necessita de ser descarregado e tem um controle táctil intuitivo.

Utilização linguística lúdica

O Progresso-Game não é uma ferramenta para o ensino de línguas, mas pretende aumentar a autoconfiança das pessoas em relação ao alemão. Porque um dos requisitos para frequentar o curso Progresso na Suíça alemã é compreender alemão e ter conhecimentos de leitura e escrita.



Formação reconhecida em toda a Suíça

O curso Progresso é, muitas vezes, o primeiro passo para a especialização de trabalhadores do ramo que ainda não tenham formação profissional. Anualmente, cerca de duzentos formandos concluem esta formação.

Mais informações sobre os cursos Progresso em: www.mein-progresso.ch; www.hotelgastro.ch; www.l-gav.ch

Mauro Moretto

Desemprego: Muitas perguntas e algumas respostas

Uma situação de desemprego é difícil e gera muitas dúvidas. É importante dar os passos certos e conhecer os seus direitos e deveres. Escolhemos aqui algumas perguntas e respostas sobre o assunto. Na página web da Caixa de Desemprego do Unia encontra respostas mais detalhadas e a mais perguntas: <https://sans-emploi.ch/bonasavoir/>.

Fui despedido/a – o que é que tenho de fazer?

Comece por verificar se o prazo de pré-aviso foi cumprido. Se o seu contrato de trabalho não referir nada sobre isto, são válidos os prazos de pré-aviso estipulados no Código de Obrigações suíço:

Altura do despedimento	Prazo de pré-aviso
Durante o período de experiência	7 dias, num dia qualquer
no primeiro ano de serviço	1 mês, no final do mês
do 2.º ao 9º ano de serviço	2 meses, no final do mês
a partir do 10º ano de serviço	3 meses, no final do mês

Como, quando e onde é que me devo registar como desempregado/a?

Tem de se registar pessoalmente o mais tardar no primeiro dia a partir do qual reclama o direito ao subsídio de desemprego. A inscrição tem de ser feita no centro de recrutamento regional (RAV-ORP) ou na administração local da sua zona de residência. No seguinte portal online pode ver o que é válido para a sua zona de residência e que documentos são necessários: <https://www.ch.ch/de/arbeitslosigkeit-anmelden/>.

Quando é que tenho direito a subsídio de desemprego?

Se preencher, entre outras, as seguintes condições: ter descontado para o seguro de desemprego durante no mínimo 12 meses nos dois anos anteriores à primeira inscrição no Fundo de Desemprego, estar apto a ser colocado e cumprir as exigências de controlo do RAV-ORP.

Durante quanto tempo recebo o subsídio de desemprego?

O número de subsídios diários depende da duração dos seus descontos e da sua idade.

N.º de subsídios diários	Meses de descontos	Idade
200	12 a 24	até 25
260	12 a 18	a partir de 25
400	18 a 24	a partir de 25
520	22 a 24	a partir de 55

O que são «dias de espera»?

Nos primeiros dias de desemprego, ainda não recebe subsídio de desemprego. Mas já é obrigado/a a cumprir as suas obrigações para com o Fundo de Desemprego. O número de «dias de espera» depende do salário que está segurado e se tem filhos dependentes.

Quais são as minhas obrigações?

Tem de procurar trabalho activamente; tem de documentar a sua procura e mostrar os documentos ao seu conselheiro do RAV-ORP (guarde todos os documentos de candidatura e eventuais respostas negativas); tem de aceitar um emprego «razoável»; tem de seguir as instruções do RAV-ORP e comparecer a todas as horas de consulta marcadas; tem de informar o Fundo de Desemprego de tudo o que é relevante para a sua situação, por exemplo, se ficar doente ou se encontrou um emprego temporário.

Quando é que um trabalho é considerado «razoável»?

Um trabalho «razoável» corresponde às suas capacidades e tem em conta o trabalho que fez antes (excepto para pessoas até aos 30 anos), não impede que venha a retomar a sua profissão e é compatível com a sua situação pessoal (idade, estado de saúde, situação familiar). O caminho para o trabalho não deve ser superior a 4 horas diárias e as condições de trabalho locais e específicas do ramo têm de ser respeitadas. Não é obrigado/a a aceitar um emprego se o salário for inferior a 70% do salário que recebia antes, excepto se receber pagamentos suplementares no âmbito de um ganho provisório.

O que são dias de suspensão?

Se não cumprir com as suas obrigações, o seu direito a subsídio de desemprego pode ser temporariamente suspenso. Tais «dias de suspensão» são-lhe impostos se se tiver despedido, se não se esforçar o suficiente para encontrar trabalho, se não cumprir as normas e as instruções do RAV-ORP se não cumprir com as suas obrigações de informação e se fizer por obter subsídio de desemprego sem a ele ter direito. A suspensão pode ir de 1 a 60 dias.

Quanto é o meu subsídio diário?

Se tiver direito a subsídio de desemprego, receberá cinco subsídios diários por semana. Utilizando o novo calculador da Caixa de Desemprego do Unia, pode rapidamente calcular o subsídio a que tem direito: <https://ohne-arbeit.ch/kalkulator/>.

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Acidente: Por que razão a Caixa de Pensões não paga a reforma por inteiro?

Sofri um grave acidente de viação há quatro anos e, desde então, estou incapacitado para o trabalho. O seguro de invalidez atribuiu-me uma pensão completa e o seguro de acidentes também me paga uma pensão. A Caixa de Pensões, por outro lado, escreveu-me que só recebo 8800 francos ao ano. No entanto, de acordo com o certificado de previdência da minha Caixa de Pensões, tenho o direito a um valor bastante mais elevado em caso de incapacidade. Por que não recebo a reforma de invalidez prometida pela Caixa de Pensões?

Regula Dick: A legislação relativa aos seguros sociais determina que as pessoas que têm direito a prestações de vários seguros sociais não devem receber subsídios em excesso. O senhor tem direito a uma pensão do Seguro de Invalidez (IV-AI), do Seguro contra Acidentes e da Caixa de Pensões. Se recebesse uma pensão completa de todos estes seguros, os seus rendimentos futuros seriam mais elevados do que antes do seu acidente. Por essa razão, tem de se fazer um «cálculo de excesso de subsídios». As pensões do IV-AI, do Seguro contra Acidentes e da Caixa de Pensões não podem exceder 90% da presumida perda de rendimentos, sendo que a pensão de invalidez é sempre paga na totalidade. A presumida perda de rendimentos é igual ao rendimento que o senhor teria sem incapacidade. No seu caso, a Caixa de Pensões apenas paga o que falta, para além das pensões do IV-AI e do Seguro contra Acidentes, para que o senhor receba um total de 90% do rendimento que teria sem incapacidade.

Work, 2.11.18 (adaptado)

Novo emprego: tenho de gozar as minhas férias durante o período de encerramento da empresa, contra a minha vontade?

Comecei um novo trabalho a 1 de Outubro e concluí com sucesso o meu período de experiência de um mês. Nos termos do contrato tenho 4 semanas de férias por ano. Recentemente, o meu chefe informou-me que a empresa encerra três semanas durante os feriados de Natal e Ano Novo. Por isso deduziram 12 dias do meu crédito de férias. Tenho de aceitar isto?

Igor Zoric: Não. As férias servem para descansar do trabalho já realizado. O direito a férias é calculado mensalmente. Se dividir 4 semanas, ou seja, 20 dias de férias pelos 12 meses, terá então um período de férias mensais de 1,66 dias. Após um emprego de três meses, o seu empregador não pode mandá-lo de férias contra a sua vontade e menos ainda no mesmo ano civil, durante as férias da empresa, e deduzir-lhe 12 dias de férias. Só no ano seguinte é que tem direito ao total das férias. O seu crédito de férias no momento é de 5 dias. Se não está de acordo com a dedução antecipada dos 7 dias adicionais, fale com o seu chefe. A empresa deve atribuir-lhe um outro trabalho ou ocupá-lo de outra forma para os dias além dos 5 dias de férias. Mesmo que isso não seja possível, não lhe podem deduzir dias de férias ou salário.

Work, 16.11.18 (adaptado)

Segurança social – previdência profissional Segundo pilar: atenção aos haveres de livre passagem!

Muitos trabalhadores, nomeadamente migrantes, perdem o rasto a prestações de saída da sua previdência profissional. Cinco mil milhões de francos de quotizações dormem em contas abandonadas.

O que é uma prestação de livre passagem?

A prestação de livre passagem, quer dizer, a prestação de saída, é o montante que uma caixa de pensões deve ao segurado quando este muda de empregador, perde o emprego ou deixa o país. Este montante deve ser enviado para a caixa do novo empregador. Caso não haja um novo empregador, é enviado para uma instituição de livre passagem, onde fica à espera até que o segurado arranje outro emprego ou entre na reforma e passe a ter direito à previdência profissional. Mas, atenção, este processo não é automático. Todos os anos, dezenas de milhares de beneficiários perdem o rasto deste dinheiro. No Verão de 2016, a Inspeção Federal das Finanças revelou que 5 mil milhões de francos dormem em 62 5000 contas. Isto significa que os beneficiários de 10% do capital de livre passagem não se identificaram e não requereram o seu dinheiro.



Brochura informativa

Para melhor informar os segurados, o OFAS-BSV publicou uma brochura intitulada «prestação de livre circulação: não se esqueça dos seus haveres de previdência!» «Esta publicação é uma boa coisa, é importante sensibilizar as pessoas para esta questão», acha Aldo Ferrari, vice-presidente do Unia e membro da Comissão de Auto-supervisão da Previdência Profissional.

Informação à caixa de pensões antiga

A brochura avisa que, quando se muda de emprego, se deve indicar à antiga caixa de pensões os contactos da nova caixa de pensões. Esta passa então um certificado referindo o montante da prestação de livre passagem. É importante que o segurado verifique se o montante corresponde ao

indicado pela caixa anterior. Em caso de interrupção da vida profissional, de desemprego ou se o salário anual deixar de atingir o mínimo para que a pessoa fique segurada na caixa de pensões, o capital de livre passagem deve ser colocado numa instituição de livre passagem. Os dados desta instituição devem ser comunicados à caixa antiga.

Não perca o seu capital de vista

É importante não perder de vista este dinheiro. Cerca de 80% destas contas sem proprietário têm um saldo inferior a 5000 francos e resultam de empregos de curta duração que as pessoas facilmente esquecem. Os 65 estabelecimentos financeiros que propõem um serviço de livre passagem não são obrigados a procurar activamente os beneficiários que não deixaram direcção. O sistema repousa em grande parte na responsabilidade de cada um. É, por isso, essencial indicar alterações de morada, sobretudo quando se parte para o estrangeiro. Um número considerável destas contas pertence a trabalhadores estrangeiros que regressaram ao seu país.

Pesquisa possível na Central do 2.º pilar

Se o proprietário da conta não se manifestar, o dinheiro é transferido ao fim de dez anos para um fundo de garantia da Central do 2.º pilar. «A Central do 2.º pilar foi criada por exigência dos sindicatos. Todos os segurados podem dirigir-se-lhe e pesquisar se têm lá dinheiro», informa Aldo Ferrari.

O que acontece ao dinheiro?

E o que acontece ao dinheiro que está numa conta de livre passagem porque o segurado não tem caixa de pensões? O dinheiro pode ser levantado cinco anos antes da reforma ou o mais tardar cinco anos depois. Também pode ser levantado antes se o valor for inferior aos descontos anuais, quando se começa a trabalhar por conta própria, em caso de invalidez, de aquisição de casa própria ou em caso de partida definitiva da Suíça.

«Se possível, os segurados não devem deixar ficar dinheiro numa conta de livre passagem», conclui Aldo Ferrari. «Porque estas não têm vantagens, ao contrário das caixas de pensões que oferecem uma garantia.»

Link para fazer o download da brochura, também em português: <https://bit.ly/2FG6uh8>.

Jérôme Béguin, L'Évènement syndical, 25.04.2018

